



5a. Semana Social Brasileira Estado para que e para quem?

Apresentação

A finalidade deste subsídio é contribuir com as lideranças, comunidades, movimentos sociais envolvidos na Etapa Estadual da 5ª Semana Social Brasileira, que acontecerá de 06 à 08 de setembro deste ano, na comunidade de Taquaruçu/SC, paróquia de Fraiburgo, Diocese de Caçador, para uma melhor compreensão dos temas que lá serão desenvolvidos.

Por que Taquaruçu? Porque é um dos lugares onde a luta do Contestado aconteceu, e fará parte da celebração dos seus 100 anos. O Contestado ainda é pouco conhecido, pouco estudado. Taquaruçu foi a primeira cidade-santa dos caboclos em 1913.

A Semana Social Brasileira (SSB) é uma atividade de iniciativa da CNBB desde 1991. Com as Semanas Sociais aprofunda-se a articulação e o intercâmbio entre as diversas pastorais sociais, movimentos e associações e outros setores

da Igreja, o que tem levado a atividades comuns de mobilização e compromisso, fortalecendo assim uma ação mais orgânica e de conjunto.

Esta quinta SSB tem como tema “A participação da sociedade no processo de democratização do Estado – Estado para que e para quem?”. Ela quer ser uma ocasião oportuna para repensarmos o Estado que temos e o Estado que queremos, considerando o Bem-Viver como um critério fundamental. O Bem viver é sinônimo de “vida boa”, o que hoje denominamos de “qualidade de vida” e o Evangelho chama de “Vida em plenitude” (cf. Jo 10, 10).

A nossa Etapa Estadual da 5ª SSB será realizada na forma de mutirão, onde a opinião de cada participante, de cada movimento é muito importante. Estes momentos se dividem em seções de plenárias, debates em grupos, momentos de celebração e recreação, como elemento da mística que move

o povo.

Os debates em grupos serão desenvolvidos em tendas temáticas, que refletirão os temas apresentados neste Subsídio. Dentre os temas que mais nos afligem, elencamos para este Subsídio àqueles que já são frutos da caminhada das Pastorais Sociais de SC: Democracia Participativa; Conselhos e Mobilização Social; Comunidades Tradicionais; Educação e Educação Escolar; Espiritualidade e Religião na Esfera Pública; Dívidas do Contestado; Mulher Cidadã; Executivo, Legislativo e Judiciário: Estado e Economia Participação e Representatividade; Violência e Extermínio de Jovens; Sim! A Mídia Tem Dono; Segurança Alimentar.

Dom Mário Marquez, ofmcap
Bispo de Joaçaba e referencial das Pastorais Sociais em SC

Equipe de Articulação Pastoraes Sociais Regional Sul 4 da CNBB

A Semana Social Brasileira (SSB) é uma atividade de iniciativa da CNBB, realizada desde 1991, inspirada nas Igrejas da França e Itália. A SSB é parte da ação evangelizadora da Igreja em muitos países. É a articulação das forças populares e intelectuais chamadas a debater questões sociais e políticas relevantes e traçar perspectivas de ação para o país, baseadas no Ensino Social da Igreja. A década de 1990 foi marcada pela realização das SSB advindas de um rico processo de mobilização popular das décadas de 1970-80, onde nasceram e se fortaleceram as pastorais sociais, que juntamente com os movimentos e organizações sociais iniciaram o debate para construir o “Brasil que queremos”.

Os temas abordados nas primeiras quatro semanas foram: 1ª SSB: Mundo do trabalho, desafios e perspectivas (1991); 2ª SSB: Brasil, alternativas e protagonistas (1994); 3ª SSB: Resgate das Dívidas Sociais – justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática (1997 à 1999); e 4ª SSB: Mutirão por um novo Brasil – Articulação das forças sociais para a construção do Brasil que nós queremos

As SSB já renderam muitos frutos, como a Assembleia Popular, o Grito dos Excluídos, a Rede Jubileu Sul, os plebiscitos populares da Auditoria da Dívida Pública e

das iniciativas de Economia Popular, entre tantas outras atividades, sempre articulando as diversas pastorais sociais, movimentos e associações num espírito ecumênico.

Esta quinta edição, tem como tema A participação da sociedade no processo de democratização do Estado – Estado para que e para quem?

A justificativa da opção por esse tema deve-se ao fato de que ao longo das últimas décadas, o movimento social empreendeu várias iniciativas na perspectiva de democratizar e transformar o Estado brasileiro, desde as mobilizações contra o Estado autoritário, a participação no processo Constituinte e, recentemente na participou do processo eleitoral pela constituição de um governo popular em que o Estado fosse subordinado à sociedade e, sobretudo, a serviço dos mais pobres.

Em que pese e se considere avanços visíveis, o Estado brasileiro ainda está distante das resoluções dos problemas estruturais da sociedade brasileira, particularmente aqueles referentes às áreas de saúde, educação, acesso a terra urbana e rural e à distribuição de renda. Percebe-se que o Estado continua conservador na sua forma de fazer política reproduzindo os vícios do autoritarismo e do clientelismo e de que a democracia representativa esgotou-se. Diante da inércia do Estado por mudanças substanciais, o seminário da nacional da 5ª SSB

lançou a proposta de eleição de uma Assembleia Constituinte eleita exclusivamente realizar uma reforma política.

Aprovada por unanimidade pelos bispos na 49ª Assembleia geral da CNBB, a 5ª Semana Social é um convite à sociedade brasileira para se colocar na perspectiva do cristianismo libertário inaugurado pelo primeiro bispo destas terras latino americanas, Bartolomeu de las Casas, no Chiapas, que questionou profundamente o Estado que se pretendia implantar em nosso continente. Sendo ele um encomendeiro (proprietário de índios), libertou os índios que se encontravam sob seu domínio, suspendeu a celebração da eucaristia e se empenhou na luta pela libertação dos indígenas espoliados e escravizados.

Hoje, a luta pelo Estado que queremos se inspira nos povos indígenas, sistematizado no ideal de uma sociedade do Bem Viver, sinônimo de “vida boa” e no Evangelho chamada de “Vida em plenitude” (cf. Jo 10, 10).

Em conformidade com o que Jesus afirma: “Eu vim ao mundo para que todas as pessoas tenham vida e vida em plenitude” (cf. Jo 10, 10), a 5ª Semana Social Brasileira quer ser uma ocasião oportuna para repensarmos o Estado que temos e o Estado que queremos, considerando o Bem Viver como um critério espiritual e social.

Reforma Política: Ampliar a participação popular

Roque A. Favarin, mestre desenvolvimento regional e secretário executivo da Cáritas Brasileira Regional SC

Em junho de 2013 durante a Copa das confederações houve uma reviravolta na política. Uma expressão de indignação tomou conta das imensas manifestações no país, principalmente no modo de fazer política até então. A crítica mais contundente girou em torno da pouca representação do povo nos partidos políticos, nas decisões e dos imensos gastos em grandes eventos. No fundo, também uma reivindicação para que os bens públicos são de pouca qualidade e difícil acesso aos mais pobres: transporte coletivo, saúde, educação, comunicação entre outros.

A resposta do governo brasileiro foi retirar “das gavetas” do Congresso a Reforma Política e colocar na agenda nacional, ao convocar um plebiscito. Essa proposta

que já vinha sendo pleiteada por várias organizações populares principalmente no debate da 5ª Semana Social. O plebiscito é criticado inicialmente por determinados setores políticos e estatais. Outros propõem uma reforma restrita; só mexer no processo eleitoral, ou em outros aspectos pontuais.

A proposta dos movimentos populares e da 5ª SSB é a de que esta reforma avance para ampliar os canais de participação popular ou direta. Fortalecer a participação social desde a elaboração, gestão e fiscalização das políticas públicas, seus orçamentos e uso dos recursos públicos. Já temos no Brasil a experiência dos conselhos paritários, mas precisa dar mais poder, recursos, para os Conselhos e conferências das políticas públicas. Inclusive que suas proposições tenham o mesmo poder de aplicação e punição (em caso de descumprimento), que as outras leis elaboradas. Além destes, pode-se criar conselhos “nos bairros e comunidades rurais”

que tivessem o mesmo poder de vereadores ou gestores, pois ali nestes “territórios” é onde chegam as políticas públicas. Em vez de “chegar”, ali é que deveriam se “originar”.

Outra proposta há muito tempo debatida, é a regulamentação de plebiscitos sobre temas de interesse nacional, e não ficar a decisão restrita aos congressistas e/ou um pequeno número de juizes do STF, por exemplo (Art.14, da CF).

Neste sentido, poderia ampliar a democracia ampliando o poder do povo propor leis. Já se tem na Constituição a possibilidade de projetos de iniciativa-popular, um mecanismo muito pouco utilizado até agora.

Temos também que rever a questão dos partidos políticos, como escolhem seus candidatos, por quem são financiados, como combater a corrupção eleitoral já que criamos uma Lei da Ficha Limpa e etc.

Democracia participativa

Padre Celso P. dos Santos, vigário paroquial de Fraiburgo-SC

O Estado de Direito se forma pela união de um povo, num território e sob o comando de um governo, que busca o bem comum, em nosso caso, para que as pessoas possam viver bem, de maneira digna e respeitosa.

A democracia é um termo abrangente e que teve avanços e retrocessos, tanto do ponto de vista conceitual como prático. Herdamos o conceito do mundo grego, onde todos os cidadãos – homens e livres – se reuniam para tomar as decisões públicas mais importantes. A democracia representativa – que é a que vivemos – vem há séculos sendo praticada em todo o mundo. Ambas têm limites. Por um lado, a primeira parecer ser impraticável atualmente. Por outro, a segunda está em crise, pois os representantes não parecem mais se identificar com os representados e não conseguem atender as demandas da sociedade.

A constituição de 1988 – chamada Cidadã – fortaleceu o conceito de cidadania, com a participação da população e de diversos atores sociais. O processo da elaboração da Constituição foi um exercício fundamental de mobilização e participação.

Participação e representatividade

Clóvis Briguenti, doutor em história e membro do CIMI Sul

Aprendemos na escola, ou deveríamos aprender que o Estado se organiza em três poderes independentes e harmônicos entre si: executivo, legislativo e judiciário. Aprendemos que temos o direito de votar em nossos representantes a cada quatro anos e que votar é sinônimo de democracia. No entanto essa história é contada pela metade. Primeiro, o voto não é um direito, é uma obrigação, quem não comparece a urna perde direitos políticos; segundo, para ser candidato a um cargo eletivo o cidadão precisa de muito dinheiro, pobre dificilmente chega a se eleger, a não ser que tenha um bom “padrinho”; terceiro, elegemos nossos representantes e depois eles nos abandonam, não prestam conta de seu trabalho a ainda dizem que somos nós que os abandonamos; quarto, nunca votamos em juizes.

Aprendemos no dia a dia que o Estado está em crise; sentimos no dia a dia que o judiciário só julga em favor de quem tem dinheiro. Dizem que a cadeia foi feita

Porém, não atendeu à demanda de participação, além do voto e da participação pontual neste processo. O referendo não foi utilizado, o plebiscito foi usado, nacionalmente, apenas uma vez e as leis de iniciativa popular passaram a exigir um imenso esforço, como foi o caso da Lei 9.840/97. Mesmo com um envolvimento no processo constituinte nunca visto antes, este impulso na participação foi sendo desmobilizado.

Temos, ainda, os Conselhos dos Direitos no Brasil. São novos instrumentos institucionais definidos na legislação ordinária para concretizar a participação e controle social da Constituição Federal de 88. São organismos que articulam participação, deliberação e controle do Estado. O caráter deliberativo está assegurado no princípio da participação popular na gestão pública, consagrado na Constituição de 1988. São instituições cujo sentido é a partilha do poder decisório e a garantia de controle social das ações e políticas com fins da garantia de direitos conquistados.

Os Conselhos dos Direitos e Gestores de Políticas devem (1) ter poder deliberativo; (2) levar em consideração as reivindicações dos diversos grupos sociais e atuar na implementação e controle dessas políticas; (3) ser criados por iniciativa do executivo ou, em caso de omissão deste, por uma ação civil pública; (4) ser representativos de legítimas instituições atuantes nos segmentos ligados à área de atuação do conselho; (5) ser compostos de forma paritária por representantes do governo e da sociedade; (6) dispor de fundos para financiar políticas específicas. Os recursos para o funcionamento dos conselhos devem ser assegurados no orçamento federal, do estado ou do município.

Mas, para que isso realmente aconteça, isto é, que os Conselhos realmente tenham êxito na sua missão, é necessário a mobilização social. A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou a sociedade decide e age com um objetivo comum. Luta por melhorias. Nossa realidade social é construída e, por isso, é possível realizar mudanças. Elas não são naturais. Natural é a nossa tendência a viver em sociedade e transformar nossa realidade, a partir das mãos de todos os cidadãos. Por isso, é importante fortalecer e iniciar novos processos de luta pelos direitos, em vista de um “bem viver” para todos. Quando assumimos que o processo histórico está em nossas mãos e que a construção da sociedade depende de nossa vontade e de nossas escolhas, aí a democracia participativa pode tornar-se uma realidade.

pra pobre, porque rico não a usa, essa constatação não é apenas do senso comum, é porque nosso judiciário é conivente com os interesses das elites, a maioria dos juizes faz parte das elites. Sentimos no dia a dia que nossas casas legislativas não fazer leis favoráveis a população. Setenta por cento dos deputados federais não precisam do seu alto salário e verba de gabinete para se manter, eles são domos de empresas e fazendas que lhes rende muito mais, o cargo de deputado é para manter seus interesses e de seus pares. Sentimos no dia a dia que nossos governos assumem os cargos como se fossem administradores de empresas privadas, não visam o bem comum da população, governam para que poucos tenham lucro.

Não nos sentimos representados. Isso é visível na compra de votos, no desinteresse de participação nas eleições, na extinção da militância e no aumento de cabos eleitorais (as pessoas participam do debate político porque são pagas e não porque acreditam).

Não aprendemos na escola, mas deveríamos aprender que é necessário mudanças profundas no Estado, a começar pela participação da sociedade nos processos de tomada de decisão, na efetivação da demo-

cracia participativa e não representativa; que a sociedade controle seus representantes; que sejam ampliados e diversificados os espaços e mecanismos de participação para que não fique limitado aos três poderes e as eleições, mas que a sociedade se faça representar por fóruns temáticos permanentes, que de fato tenha o controle social – o que temos hoje é um faz de conta de controle social; que a democracia não se resume apenas no voto; que as pessoas tenham acesso as informações não mediadas apenas por dois ou três canais de televisão, dois ou três jornais que representem apenas as elites desse país; que a democracia não seja a ditadura da maioria, que o país possa construir uma democracia plural, onde todos tenham voz e vez, que sejam contempladas a rica diversidade religiosa, cultural e de gênero – que essa diversidade seja contemplada em toda decisão; que não tenham mais clientelismo, fisiologismo, cooptação e submissão das pessoas aos interesses políticos; que não seja mais permitido mandatos tipo vitalício e dinástico; que o mandato de cargo político não seja meio de ampliação do patrimônio; que a sociedade conte com controle efetivo do judiciário, e que este poder conte com representantes dos diferentes setores da sociedade civil.

Qual o papel do Estado na Economia?

Roque Ademir Favarin, mestre desenvolvimento regional e secretário executivo da Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina

Quando se fala de Estado, de modo geral, refere-se a um aparato amplo de instituições dos três poderes (Leis, órgãos governamentais, parlamentos, tribunais, poder de defesa, escolas, empresas públicas, etc.) e, também de um grupo específico de pessoas responsáveis pelo Poder na sociedade. O Estado tem início desde as origens da humanidade, e teve diversas formas de se organizar, mais democrático ou mais autoritário, por exemplo. Mas este grupo, este aparato sempre dependeu das atividades econômicas para sobreviver e também sempre foi um ator econômico, (intervindo na Economia). Manifesta-se isto na cobrança de impostos para se manter ou na própria organização de empreendimentos e projetos econômicos, pagos pelo dinheiro público, nos cofres do Estado. Isto não é só para se manter como tal, mas garantir, a manutenção da própria sociedade, e da economia. Mas na sociedade de classes, também manter uma classe social, a dominante, a com mais poder econômico. Atualmente, de modo geral, podemos dizer que há duas maneiras de compreender esta relação: Estado e economia:

1. Estado liberal: aqui a economia é organizada livremente pelas forças do mercado (empresas, bancos, comércio, agronegócio, etc.). O Estado torna-se um freio no processo de investimento e expansão destas forças. O Estado só é tolerável para corrigir, dar segurança da propriedade privada de alguns e regular alguns desequilíbrios do mercado.

2. Estado desenvolvimentista: nesta concepção o Estado é compreendido positivamente como promotor e indutor da Economia, do desenvolvimento. Esta noção ganha força depois da crise de 1929. O Estado assume um papel de regulador do sistema e de provedor das demandas da sociedade em especial a previdência. Também, o Estado de Bem-Estar Social.

A partir dos anos de 1980, em todo mundo, foi sendo adotadas políticas do pensamento liberal, pelas nações e seguidas até hoje. Mas a grande crise de 2007 do sistema financeiro começou a mostrar contradições e limites. Principalmente na Europa e nos EUA foi injetada grande quantidade de dinheiro (trilhões de dólares) para “salvar” o sistema Financeiro, centralizado em meia dúzia de grandes instituições, à custa de muito desemprego e de redução de direitos

sociais. A partir daí aumentou a suspeita da capacidade ilimitada do mercado regular-se, sem o Estado.

Aqui no Brasil também o Estado tem respeitado e colaborado com o sistema financeiro. Continua liberando recursos para os grandes projetos econômicos. Para ter dois exemplos: O primeiro é o gasto do Orçamento Público da União destinado a pagar os juros da dívida. O segundo são os enormes financiamentos do BNDES a grandes obras, como a usinas hidrelétricas; os estádios da copa do mundo, etc. A partir disto os textos da 5ª SSB caracterizam estas políticas recentes no Brasil de neodesenvolvimentistas isto é, mistura da visão liberal com a desenvolvimentista.

Qual o papel do Estado na atual situação, de globalização do mercado capitalista, principalmente do sistema financeiro? Qual modelo de Estado se deseja? Teria outras possibilidades e modelos? Um Estado governado pela e para a sociedade, o povo, com dimensões éticas e democráticas ou para o mercado? A sociedade civil é capaz re-orientar o Estado, no sentido de reduzir os investimentos para as grandes forças do mercado e mais para os bens públicos: saúde, educação, transporte coletivo?

profissão, sem correr o risco de ser açoitada pelo homem seja ele seu pai, seu irmão mais velho ou seu marido...

É desta mulher que hoje se fala e é a ela que a Constituição Brasileira rende sua homenagem, quando estabelece que ela pode, sim, figurar como responsável sozinha por seus negócios; por abrir uma empresa, uma indústria, um empreendimento; por adotar um filho mesmo sem ter uma família tradicional constituída, por deter o poder familiar; por responder autonomamente por sua vida e por seus atos. É desta mulher que vota e que se recusa a obedecer cegamente aos comandos de quem quer que seja, da escritora, jornalista, dramaturga, professora, diretora,... o é, sem precisar de codinome masculino para ser reconhecida que estamos falando. É da mulher humilde como sinônimo de virtude, que merece destaque independentemente do grau de instrução e da conta bancária que ostenta; que ocupa espaços sem precisar recorrer a padrinhos escusos, muitas vezes beneficiários de favores sexuais; que histórica e incansavelmente, muitas vezes nas fileiras do anonimato forçado pelo machismo, foi mostrando seu valor e conquistando vitórias nas suas causas,

como os resultados das Conferências de Pechin e da Declaração de Belém, ou como a Lei Maria da Penha, que foi forjada na batalha, no fio da navalha, por dizer de algum modo, entre lágrimas, muito sangue derramado, muitas vidas ceifadas e muitos hematomas curados, pelo simples fato de ser mulher.

É à mulher de muitos silêncios vencidos e de muitos não ouvidos que nasce a mulher secretária, sem precisar ser o estereótipo da “bonita”, da “boa aparência” midiáticos, mas porque conquistou o direito de ingressar numa faculdade, por meio de sua inteligência, de políticas e de programas de inclusão federais, que também são frutos de suas lutas.

Ao longo da história da humanidade, vamos encontrando lutas e mais lutas de muitas mulheres, algumas delas solitárias, outras agrupadas, outras ainda desesperançadas, mas valentes, todas com a mesma meta: fazer valer a igualdade de gênero. É muito grandioso poder escolher, manifestar, dizer o que pensa, escrever o que pensa e fazer, sua história.

Não há machismo que não seja vencido pela garra de uma mulher que, na qualidade de cidadã, busca fazer história, não sozinha, mas com quem faz história com outras e outros, para além da sacristia, para muito além do papel de retaguar-

A participação da Mulher

Erlí Camargo, coordenadora estadual do Centro de Direitos Humanos de Santa Catarina

No Estado Brasileiro que queremos construir, a mulher ocupa fundamental e decisivo papel social, o qual ao longo dos tempos vai ganhando contornos de relevância e pagando seu alto preço. Não estamos falando apenas da ocupação de espaços políticos estratégicos ou de relevante importância, como é o caso das nossas atuais ministras e secretárias de Estado, ou da presidência da República, ocupada pela mulher Dilma Rousseff. Trata-se de algo muito além desta realidade e que abrange a todo o gênero feminino, na sua mais cristalina manifestação. Estamos falando, pois sim, da mulher sujeito de direitos; daquela que se vê, como nunca antes foi vista a si mesma, como cidadã com capacidade jurídica de, por ela própria, administrar uma família, gerenciar suas finanças, manifestar seus desejos e afetos livremente, dizer se quer ou não manter relações sexuais, de escolher ou não uma

da, de “por trás de um grande homem...”.

No caminho rumo ao reconhecimento dos direitos iguais para todos e para todas, há uma única conclusão a ser tirada: somos iguais e complementares. Homens e mulheres; masculino e feminino são o verso e o reverso do humano que, criados por Deus e polidos pela história da humanidade, vamos aproximando ao Divino que nos forma a essência, cada vez que não precisarmos de lei alguma feita, na maioria por homens para nos olharmos e nos reconhecermos como humanos: sujeitos/as, cidadãos e cidadãs de Direitos e de responsabilidades idênticas, frente à hominização que nos toca construir a cada dia, a cada manhã, a cada cantar de galo, a cada turno de trabalho, a cada filho ou filha que nasce de nosso direito sagrado de escolher com o que resulta de nosso trabalho.

A luta é ainda, pelo reconhecimento do direito de sermos mulheres e de sermos homens livres de preconceitos raciais, de gênero, de quem é mais rico ou mais pobre, de quem pode mais... que vençamos o medo e que sejamos felizes juntos, irmanados pelo que nos define: humanidade, gêneros feminino e masculino, o humano presente em cada um e em cada uma de nós.

Comunidades Tradicionais

Clóvis Briguenti, doutor em história e membro do CIMI Sul

A Constituição Federal de 1988 incorporou uma nova e diferente perspectiva de Estado ao abrir diálogo com as comunidades tradicionais, transformando-se num “Estado Plural e Multiétnico”, consagrando o pluralismo jurídico e o reconhecimento dos direitos de diversas comunidades tradicionais, porém na prática isso não acontece.

O conceito de Comunidade Tradicional parte do pressuposto que são grupos, ou seja, coletividades e não indivíduos que se organizam distintamente, possuem valores culturais, éticos e morais próprios e são herdeiros de uma tradição transmitida por seus ancestrais. Outro aspecto importante da identidade dessas coletividades é a relação com a terra e meio ambiente, da qual dependem para manter-se física e culturalmente. Estão mais voltados para a tradição que a “modernidade”, ou seja, querem continuar vivendo a seu modo, muitos falando línguas específicas. Isso não significa parados no tempo ou folclóricos, mas sempre em diálogo com a tradição. Dentre as comunidades e povos tradicionais destacam-se: povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, ciganos, comunidades de pescadores dentre outros.

O principal desafio para essas comunidade é a posse das terras. A terra não apenas como espaço de moradia, mas locais sagrados, prenhes de mitos e histórias. A terra para essas comunidades não é mercadorias, não tem valor monetário, não visa lucro. Essa concepção questiona a propriedade privada e o próprio capitalismo; o uso equilibrado e sustentável do meio ambiente questiona a prática agressiva do agronegócio que faz uso indiscriminado de venenos e produtos modificados geneticamente. É por esses motivos que o agronegócio no Brasil é o principal opositor das demarcações das terras a indígenas, quilombolas e da criação de unidades de conservação ambiental, porque seu objetivo é sugar a terra para sua luxúria e poder de poucos sem se preocupar com a maioria da população.

Nos últimos anos estão ocorrendo ataques fortíssimos aos direitos das comunidades tradicionais. O setor do agronegócio já conseguiu alterar o Código Florestal, permitindo o avanço no capital sobre o meio ambiente, e agora desejam a todo custo impedir que as comunidades indígenas e quilombolas tenham acesso a terra. Há inúmeros Projetos de Emenda a Constituições, Projetos de Leis e Projetos Legislativos tramitando na Câmara Federal com a finalidade clara de reduzir os direitos dessas comunidades. Ocorre que o agronegócio encontrou no executivo o grande aliado para suas investidas. O próprio executivo tem editado Portarias e Decretos impedindo o acesso a terra e restringindo a manifestação dessas comunidades, andando na contramão da Constituição Federal e da legislação internacional (Convenção I69 da OIT) da qual o Brasil é signatário.

Por conta da não aplicação e tentativa de redução dos direitos, as comunidades tradicionais são alvos de preconceitos e discriminações que levam à violência. A violência contra povos indígenas e comunidades quilombolas se agrava a cada ano, ela é resultado de questões históricas, mas fundamentalmente da omissão do Estado em garantir a efetividade e aplicabilidade da legislação. Os direitos diferenciados não são direitos a mais, são direitos específicos para demandas específicas.

Nossa análise deve observar se o Estado que temos está garantindo as comunidades tradicionais o direito de decidir sobre suas prioridades; se às terras que ocupam ou utilizam de alguma forma estão sendo garantidas; se de fato estão tendo possibilidade de controlar seu próprio processo econômico, social e cultural; além disso, se estão tendo condições de participar da formulação, implementação e avaliação dos planos

e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-las diretamente.

Devemos nos perguntar qual é nosso papel, o que podemos fazer para que de fato possamos conviver e compartilhar desse universo de diversidades, conhecimentos e práticas ancestrais.

Dívidas do Contestado

Sidnei Furlan, sindicado dos trabalhadores rurais de Curitiba e do Movimento de Pequenos Agricultores

O tema contestado virou moda para muitos. Falar em contestado para alguns é status, para outros é moda e para outros é fonte de renda.

E para o caboclo, o que foi? O que é? Muito se fala sobre o contestado, mas afinal de contas que bicho é o tal do contestado? Foi uma guerra, quem ganhou, quem perdeu e os crimes cometidos por esta guerra foram julgados? Os sertanejos foram indenizados? O que fez o Estado brasileiro? De que lado estava? E de que lado está hoje? O Estado quando foi criado, era para defender o patrimônio e não o ser humano. O que mudou?

Você sente a presença do estado no seu dia-a-dia? Na questão do contestado, o que o Estado fez para reparar as injustiças praticadas contra os sertanejos?

Na região do contestado, quem são os mais pobres e miseráveis hoje? O que nós estamos fazendo através das instituições da qual participamos e dirigimos para que sejam reparadas as injustiças praticadas contra os sertanejos e a natureza?

A região do contestado era muito rica em matéria-prima e alimentos, com a guerra tudo foi terminando e hoje o que temos é um modelo imposto, que criou uma dependência externa, através de insumos químicos que consomem grande parte da produção, e a agroindústria substituiu a mão de obra humana por máquinas. Passados 100 anos da Guerra do Contestado, qual a dívida social que precisa ser resgatada e assumida pelos cristãos que querem um mundo fraterno com caridade? Qual é o nosso compromisso contra as injustiças praticadas ontem e hoje? Que estado temos? Que estado queremos?

Educação e Educação Escolar

Clóvis Briguenti, doutor em história e membro do CIMI Sul

Embora pareçam sinônimos, educação e educação escolar, se distinguem em sua origem e podem ser antagônicas ou complementares, dependendo da construção dos processos sociais e pedagógicos.

A educação é inerente às sociedades, ela ocorre no seio da família e da comunidade e refere-se às transmissões de valores socioculturais, econômicos e religiosos. Ainda hoje, nas comunidades tradicionais, esse espaço de educação na família e na comunidade é mais importante que a escola na educação dos filhos e na manutenção de valores e saberes comuns.

Desde sua gênese a escola ficou restrita às elites, era o lugar para aprender habilidades instrumentais básicas, especialmente saber ler, escrever e calcular. Foi com o Iluminismo, no século XVIII, que a escola passou a exercer também o papel promotora da educação.

No decurso do seu processo histórico, a escola passou a acumular várias funções sociais. Além de transmitir conhecimento, atribuiu-se a ela a responsabilidade de socialização e de submeter os indivíduos a ritos de passagem, como por exemplo, o vestibular. Com o advento do sistema neoliberal, homens e mulheres tendo que trabalhar de maneira intensiva no mercado de

trabalho, o papel de cuidar das crianças passou a ser outra função social da escola. Cada vez mais está sendo diminuída a idade de ingresso nas escolas, fica a impressão que as famílias não desejam mais cumprir sua missão educadora.

Já ouvimos, discursos genéricos de que o Brasil precisa de mais educação, referindo-se às escolas, ou expressões como “só a educação salva o Brasil”. Com a Constituição Federal de 1988 a educação escolar passou a ser obrigatória. Nos últimos anos multiplicaram-se centros de ensino, desde Pré-escola até as Universidades, muitos de péssima qualidade. No entanto a corrupção e o desvio ético entre pessoas com formação superior – deputados, senadores, juízes, governadores, prefeitos etc, vem subindo. Apesar de mais centros de ensino a desigualdade social continua aumentando.

Cabe os questionamentos: quem educa o educador? Quais as funções de nossas instituições de ensino? estão formando cidadãos ou formando mão de obra? Algumas universidades fazem questão de dizer que estão “formando para o mercado”. Essas instituições deixam de ser espaços de educação, de socialização de conhecimentos para ser meros formadores de pessoas não-pensantes, não-atuantes na sociedade, não-questionadores das relações de dominação, apenas reprodutores e transmissoras de conhecimentos e dessa maneira reproduzem a

desigualdade social.

A educação escolar no Brasil se transformou num grande negócio e o Estado tem papel central nesta relação mercantil da escola, porque ao mesmo tempo em que precariza a educação pública com poucos investimentos, baixos salários aos professores, não investimento em capacitação para esses educadores, não oferta de espaços e equipamentos adequados, abre espaço para que a população busque na educação privada o “investimento” para seus filhos. Nestes casos, a educação privada é vista como a salvação do futuro de nossos filhos, mas não se trata de um futuro enquanto cidadãos, mas um processo que os habilita a competição, para o acúmulo de capitais. É a lógica do mercado comandando os bancos escolares.

O desafio da educação escolar é formar pessoas pensantes, críticas, capacitadas para conviver no contexto atual, modificando as relações de dominação. A escola deve abandonar seu papel disciplinador, repressor e criador de “corpos dóceis”, domesticados, obedientes. Nesse contexto o professor assumiria assim um papel de provocador, de mediador na construção dos saberes, mediante o processo de ensino-aprendizagem, onde será possível desenvolver habilidades importantes no intuito de que todos se sintam e sejam de fato participantes de uma sociedade igualitária.

Religião e espiritualidade na esfera pública

Padre Gilberto Tomazi, doutor em Ciências da Religião e pároco da Catedral de Caçador

É possível afirmar que há certa diluição do sagrado na esfera pública, que o Estado liberal incorpora muitas heranças religiosas, todavia isso não fez com que a dimensão religiosa da vida no sentido estrito fosse suprimida. Se, por um lado, ela tenha sido reduzida a uma espécie de recanto do mundo subjetivo e privado, por outro, ela tem ampliado as suas expressões de compromisso, responsabilidade e força mobilizadora do social, e tem apresentado e insistido em suas demandas junto ao Estado. Mesmo que a religião tenha deixado de ser o elemento estruturador de formação e revitalização da esfera pública, ela continua coabitando, interagindo e influenciando-a. Mesmo que os poderes públicos não necessitem mais

da religião enquanto poder que os mantém e legítima, os legisladores do Estado liberal devem estar orientados para a busca do bem comum e à solidariedade dos cidadãos, como sugerem as constituições desse mesmo Estado. E, desta maneira, eles são obrigados a considerar as demandas provindas do mundo religioso.

A separação Religião/Estado, provinda da secularização que tornou “laico” o Estado, não deixa de ser paradoxal, pois a mesma modernidade que exigiu a separação entre Estado e igrejas, governo civil e religião, também instituiu a liberdade religiosa. Logo, se as pessoas tem liberdade de se reunir em torno de suas religiões, estas também constituem uma parte do todo social e por isso haverão de ter o seu espaço junto à esfera pública. Segundo Jurgen Habermas, o Estado, mesmo sendo laico, deve

garantir a liberdade religiosa e a presença pública da religião. Sendo esta capaz de oferecer elementos racionais e aceitáveis na busca de um consenso ético mínimo, universal e emancipador para a humanidade.

Ao abordar a visibilidade do espaço público, percebemos a inegável influência dos valores religiosos na construção da cidadania. Existe uma afinidade eletiva entre religião e política. A esfera religiosa permeia, motiva, envolve, promove,... a participação do indivíduo na esfera social. Os valores religiosos podem ser causa de participação social, na medida em que assumem uma dimensão coletiva e pública. A esfera religiosa tem sido uma referência para a participação social, política e democrática. A vivência religiosa pode fomentar a experiência da cidadania e o engajamento social.

Segurança Alimentar

Maria Isabel de Souza Velho Nutricionista Clínica

Em uma análise de distribuição de renda realizada recentemente pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) não traz boas notícias. A publicação revela que os países com maior desigualdade são Honduras, Bolívia, Colômbia, Brasil e Chile. Já as nações de menor desigualdade são Nicarágua, Argentina, Venezuela, Uruguai, Jamaica e Peru.

Na saúde todos os concursos da área no estado, em 2013 foram voltados para médicos, indicando alta demanda de pacientes aos centros de saúde e baixo investimento em profissionais da saúde principalmente os que desenvolvem trabalhos na área preventiva.

Recentemente um dos hospitais do estado recebeu um equipamento de última geração, que permite a realização de cirurgias bariátricas menos invasivas, diminuindo o tempo do procedimento e promovendo melhor e rápida recuperação do paciente, a facilitação e aumento no número de cirurgias bariátricas é uma campanha nacional de incentivo a redução da obesidade. Mesmo se tratando de uma medida nacional, se o estado não investir em outras formas de prevenção, o aumento das cirurgias não vai combater o crescimento da pandemia da obesidade, nem reduzir as comorbidades associadas.

Em contrapartida o estado anuncia o Plano Estratégico de Gestão da Saúde apresentado aos diretores de Hospitais e gestores da Saúde, o plano conta com participação de uma das mais renomadas consultorias

do mundo, Roland Berger, tem como foco elevar a padrões de atendimento/ serviço oferecido pela saúde pública ao cidadão ca-
tarinense.

Por uma nova segurança alimentar

O direito humano é universal e se aplica a todos independente do sexo, cor da pele, religião, etc., desta forma, cabe ao estado respeitar, proteger, promover e realizá-lo minimizando as desigualdades.

O direito a alimentação cabe a todo cidadão sendo a segurança alimentar não só um dever do estado, mas também da sociedade de garantir a todos, de forma permanente, o acesso a alimentos de qualidade (alimentos saudáveis e limpos, eliminação de contaminação com alimentos e água) e em quantidade suficiente de forma a promover e preservar a saúde.

Josué de Castro trabalhou muito este tema e defende que a fome e a má alimentação são fenômenos sociais, ou seja, somente pode ser superado através de ações sociais e coletivas. Para isso deve ser dado foco na promoção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em uma ação conjunta através de melhor atenção dos técnicos da saúde a população, informar a população sobre seus direitos, atuação assídua dos conselhos.

O estado nutricional é o resultado do equilíbrio entre ingestão e necessidades especiais (veja quadro). A deficiência nutricional não detectada e tratada pode gerar ao indivíduo, progressivamente: depleção dos níveis teciduais e estoques corpóreos, sintomas clínicos, funções biológicas e fisio-

lógicas alteradas, deterioração na capacidade funcional normal das células, morbidade e inclusive levar a morte.

Mais urgente do que detectar e tratar doenças causadas pela falta de segurança alimentar certamente é preveni-las, historicamente os administradores/ profissionais da saúde tendem a tomar medidas corretivas para quaisquer patologias, minimizando os sintomas e não erradicando a doença antes de sua disseminação. Como exemplo cita-se o aumento e facilitação da cirurgia bariátrica como medida nacional de combate a obesidade, que visivelmente não vai conter o alto e crescente índice de obesidade da população.

Enquanto não houver incentivo ferrenho às práticas alimentares saudáveis, disponibilização de profissionais responsáveis em trabalhar e incentivar a promoção e educação para a saúde, a prevenindo doenças nos centros de saúde, espaço adequado para prática de atividade física, barreiras às indústrias produtoras de alimentos não saudáveis, jamais será suficiente o número de cirurgias bariátricas, por mais que se faça desta forma o combate a falta de segurança alimentar, fome, miséria e desigualdade devem ser preocupações da sociedade e do estado, sendo responsabilidade da primeira trazer as pessoas para os projetos de combate já existentes, grupos populares de promoção da saúde capacitar um número maior de agentes, acompanhar as ações já anunciadas, propor, fiscalizar e cobrar do estado políticas públicas que possibilitem vida digna a toda população.

Benção

Dom Pedro Casaldáliga

Deus de toda a vida
único Senhor da terra
Pai e Mãe da humanidade
Tu nos queres em irmandade
sem medo e sem violência,
sem egoísmo e sem corrupção
na justiça
na solidariedade
e o Amor!
Abençoa este pão
fruto da terra-mãe
e arte de nossas mãos!
reacende a chama da utopia!
Fortalece a marcha
para a Terra Prometida

da Reforma Agrária
do trabalho com dignidade,
da democracia real!
Pelo pranto
pelos sonhos,
pela luta
e pelo sangue dos irmãos e irmãs
que nos precedem
e acompanham.
Por teu Filho, Jesus – o Libertador,
sempre na procura do teu Reino.
Amém! Axé! Aleluia!

Sim! A mídia tem dono no Brasil

Fernando Zamban, graduado em comunicação social e assessor da Cáritas Brasileira.

A tendência natural das mais diversas organizações sociais que se consolidaram e ruíram ao longo dos anos é fundada em princípios comunicacionais e, por meio desses, estabelece mecanismos de controle social. Esses mesmos mecanismos de dominação utilizados desde os primórdios das civilizações ainda é praticado até hoje nas sociedades ditas democráticas como forma de estabelecer padrões de consumo, de moda, de saúde, de convivência etc. Além disso, os grupos que possuíam determinadas tecnologias como a escrita, telégrafo, telefone, computador, acesso a internet, nessa escala, historicamente foram os grupos que dominavam os demais grupos da sociedade e, quando esses meios se tornaram populares, a dominação continuava visto que quem dominava a tecnologia eram os mais ricos.

Em meados do século passado, no Brasil, sobretudo o rádio e a televisão, tiveram um crescimento enorme com apoio governamental para a difusão da informação. O Brasil adota o sistema de concessão pú-

blica dos Meios de Telecomunicação (TV, Rádio, Telefonia), ou seja, dá a determinadas empresas o direito de explorar algum desses Meios de Comunicação. Contudo, essa concessão parece que é entendida como poder e propriedade pelas empresas que recebem a concessão. Pior do que isso, esses grupos hegemônicos da mídia no país estão concentrados na mão de 9 famílias.

Essa forma estrutural dos meios de comunicação no Brasil possibilitou, cada vez mais, acúmulo de poder por parte das empresas controladoras das programações dos Meios de Comunicação no país. Além das tradicionais emissoras de televisão, rádios e principais jornais, o grupo de empresas que controla a mídia no país acumula dezenas de outros veículos de comunicação, direta ou indiretamente. Abaixo segue uma tabela com dados da concentração da mídia no país.

Poucas famílias que detêm o controle sobre os principais veículos do país. Na indústria televisiva a família Marinho (Rede Globo), família Abravanel (SBT), família Saad (Rede Bandeirantes) e o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo (Rede Record) controlam 55% dos veículos de comunicação existentes do país. A Família Marinho concorre com a Família Civita (Grupo Abril) na concentração de emissoras

de rádio, jornais e revistas. Os principais jornais brasileiros são controlados pela Família Frias (Folha de São Paulo) e Família Mesquita (O Estado de São Paulo). Além disso, regionalmente a concentração é grande como a Família Magalhães na Bahia, os Sarney no Maranhão e os Collor de Mello, em Alagoas. Na região Sul, a Família Sirotsky (Grupo RBS) controla 57 veículos sendo a quarta maior concentração do país em termos de veículos controlados por grupos.

A centralidade do poder sobre a informação que é transmitida para a sociedade também se relaciona com as classes economicamente dominantes no país estando, a mídia, sempre ao lado dos mais ricos e dos principais grupos políticos do país. Dados do projeto Os Donos da Mídia mostram que políticos ligados ao partido Democratas (DEM) são sócios de 58 veículos de comunicação no país, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) tem 48 correligionários associados a veículos. Há 43 veículos que têm sócios do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e outros 23 sócios do Partido Progressista (PP).

Como esses meios são formadores de opinião, o controle hegemônico na mão de poucas pessoas abre um precedente imenso do ponto de vista da formação pública sobre determinados temas e assuntos ou ainda, em outros momentos, o de manipulação da informação para atender interesses próprios de grupos políticos ou econômicos.

Neste contexto apresentado, resumidamente, é possível perceber que nos cabe a cada dia juntar forças para construir processos de mobilização que deem conta de combater os oligopólios da mídia nesse país. É urgente e necessária a democratização dos meios de comunicação de massa, especialmente. Mas também é necessária, acima de tudo a democratização da comunicação, entendida aqui como processos maiores da sociedade que incluem as articulações, políticas públicas etc.

	Sede	Nº de veículos ¹
	São Paulo, SP	74
Organizações Globo	Rio de Janeiro, RJ	69
	Porto Alegre, RS	57
Bandeirantes de Comunicação	São Paulo, SP	47
Governo federal brasileiro (EBC)	Brasília, DF	46
Central Record de Comunicação	São Paulo, SP	27
Organização Jaime Câmara	Goiânia, GO	24
Sistema Mirante de Comunicação	São Luís, MA	22
Diários Associados	Brasília, DF	19
Rômulo Maiorana	Belém, PA	15

¹ Número de veículos controlados diretamente pelo grupo.

